

Fale com o seu deputado estadual

Informação, direito do cidadão



Luiz Dantas (PMDB)
dep.luizdantas@assembleia.al.gov.br
Presidente



Francisco Tenório (PMN)
dep.franciscotenorio@assembleia.al.gov.br
1º Vice-Presidente



Dudu Holanda (PSD)
dep.duduhollanda@assembleia.al.gov.br
3º Vice-Presidente



Severino Pessoa (PSC)
dep.severinopessoa@assembleia.al.gov.br
2º Secretário



Davi Davino (PMDB)
dep.davidavino@assembleia.al.gov.br
4º Secretário



Thaise Guedes (PMDB)
dep.thaiseguedes@assembleia.al.gov.br
2º Suplente



Bruno Toledo (PROS)
dep.brunotoledo@assembleia.al.gov.br



Edval Gaia (PSDB)
dep.edvalgaia@assembleia.al.gov.br



Gilvan Barros Filho (PSDB)
dep.gilvanbarrosfilho@assembleia.al.gov.br



Isnaldo Bulhões (PMDB)
dep.isnaldobulhoes@assembleia.al.gov.br



João Beltrão (PSD)
dep.joaobeltrao@assembleia.al.gov.br



Olavo Calheiros (PMDB)
dep.olavocalheiros@assembleia.al.gov.br



Rodrigo Cunha (PSDB)
dep.rodrigocunha@assembleia.al.gov.br



Sérgio Toledo (PSC)
dep.sergiotoledo@assembleia.al.gov.br



Galba Novaes (PMDB)
dep.galbanovaes@assembleia.al.gov.br
2º Vice-Presidente



Marcelo Victor (PSD)
dep.marcelovictor@assembleia.al.gov.br
1º Secretário



Jairzinho Lira (PMDB)
dep.jairzinholira@assembleia.al.gov.br
3º Secretário



Marquinhos Madeira (PMDB)
dep.marquinhosmadeira@assembleia.al.gov.br
1º Suplente



Antonio Albuquerque (PTB)
dep.antonioalbuquerque@assembleia.al.gov.br



Carimbão Júnior (PHS)
dep.carimbaojunior@assembleia.al.gov.br



Francisco Holanda
dep.franciscoholanda@assembleia.al.gov.br



Inácio Loiola (PSB)
dep.inacioloiola@assembleia.al.gov.br



Jô Pereira (PMDB)
dep.jopereira@assembleia.al.gov.br



Marcos Barbosa (PRB)
dep.marcosbarbosa@assembleia.al.gov.br



Ricardo Nezinho (PMDB)
dep.ricardonezinho@assembleia.al.gov.br



Ronaldo Medeiros (PMDB)
dep.ronaldomedeiros@assembleia.al.gov.br



Tarcizo Freire (PP)
dep.tarcizofreire@assembleia.al.gov.br



PARLAMENTO de Alagoas

MAI/JUN/JUL - 2017

18ª LEGISLATURA



LDO aprovada

Plenário vota diretrizes e abre caminho para proposta orçamentária de 2018

Pág. 4

Deputados vão ao interior, fazem audiências e dão voz à sociedade

Págs 6 e 7

Acervo do Legislativo



Diretoria de Gestão Documental preserva parte da história política de Alagoas

Pág. 11

Prestação de Serviço



No bicentenário do Estado, canal de TV do Legislativo vai completar 10 anos

Pág. 10

Tribunal de Contas



Assembleia aprova indicação do nome de procurador para cargo de conselheiro

Pág. 5



assembleia_al



alealagoas



@assembleiaal

Semestre registra mais de 250 matérias apreciadas

Pág. 3

Opinião do Presidente

Semestre legislativo



Concluímos o primeiro semestre legislativo com resultados expressivos no campo da atividade parlamentar. A produção de indicações e requerimentos, bem como o uso da tribuna em plenário para defesa de temas de interesse coletivo, merecem destaque, assim como a votação da LDO, que define o rumo da nova proposta orçamentária do Estado.

Devemos igualmente destacar a decisão do colegiado de aprovar a realização de audiências públicas em cidades polos de Alagoas. Se já havíamos viabilizado, no ano passado, um debate importante na cidade de Piaçabuçu, realçamos agora o fato de ter convertido as cidades de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia em extensão do nosso plenário, com discussão de assuntos inadiáveis para a sociedade. Do mesmo modo, o Legislativo

Nesse momento de crise nacional, ganha ainda mais simbologia o cultivo da cooperação mútua entre os poderes constituídos.

cumpriu seu papel institucional ao promover a arguição pública do procurador Rodrigo Cavalcante, indicado ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Aprovado pela ampla maioria dos deputados, o novo conselheiro complementa o Pleno da Corte de Contas. Quanto aos subsídios dos servidores públicos, priorizamos a tramitação da mensagem governamental, garantindo assim a implantação de parte da reposição no mês de junho.

Nesse momento de crise nacional, ganha ainda mais simbologia o cultivo da cooperação mútua entre os poderes constituídos. Mais do que nunca, Alagoas precisa dessa união para fazer a travessia. O Poder Legislativo segue nesse rumo, sem descuidar de sua independência e fazendo valer suas prerrogativas.

Municípios Aniversariantes

Maio

- Branquinha - 19/05/1962
- Cajueiro - 22/05/1958
- Campo Grande - 31/05/1960
- Coruripe - 16/05/1986
- Igreja Nova - 16/05/1892
- Limoeiro de Anadia - 31/05/1960
- Murici - 16/05/1892
- Piaçabuçu - 31/05/1882
- São Luis do Quitunde - 16/05/1892
- São Sebastião - 31/05/1960
- Senador Rui Palmeira - 13/05/1982
- Traipu - 16/05/1892

Junho

- Campo Alegre - 08/06/1860
- Jaramataia - 20/06/1962
- Minador do Negrão - 15/06/1962
- Monteirópolis - 15/06/1960
- Ouro Branco - 21/06/1962
- Passo de Camaragibe - 14/06/1960
- Piranhas - 03/06/1887
- Porto de Pedras - 09/06/1922
- Santana do Mundaú - 14/06/1960
- São Miguel dos Milagres - 07/06/1960

Julho

- Anadia - 18/07/1895
- Barra de São Miguel - 02/07/1963
- Carneiros - 26/07/1960
- Colônia Leopoldina - 16/07/1962
- Dois Riachos - 08/07/1960
- Japaratinga - 23/07/1870
- Junqueiro - 09/07/1947
- Porto Real do Colégio - 07/07/1876
- Rio Largo - 13/07/1830
- São José da Laje - 28/07/1886



Foz do rio São Francisco - Piaçabuçu



Alagoas 200 anos

Diretoria de Gestão Documental preserva em seus arquivos parte da história política alagoana

Parte da história dos 200 anos do Estado de Alagoas está registrada nos anais da Assembleia Legislativa. A Gestão Documental da Casa preserva, em seu acervo, documentos do período imperial, como um Código de Posturas e uma ata de reunião da então Assembleia Provincial, datada de 1875. Já do período republicano, a Diretoria (antigo Setor de Anais) reúne as atas com registros dos debates da Assembleia Constituinte; a Constituição Estadual original; além das atas que registram as discussões em torno do impeachment do ex-governador Muniz Falcão, em 1957. Nessa época, os ânimos acirrados dos parlamentares, provocaram um intenso tiroteio no plenário, resultando na morte do deputado Humberto Mendes.

Vindo para um período mais contemporâneo, podemos encontrar no acervo da Casa de Tavares Bastos a carta renúncia do ex-governador Divaldo Suruagy, em 1997. Eleito para seu terceiro mandato, em 1994, Suruagy enfrentou uma grave crise político-financeira, forçando-o a renunciar ao Governo. Na época, durante uma mobilização, servidores públicos – militares e civis – travaram um combate armado, na Praça D. Pedro II, onde se situa o prédio-sede do Legislativo alagoano. Eles estavam



Cassiano Victor considera o setor de documentação "a vida da Assembleia Legislativa"

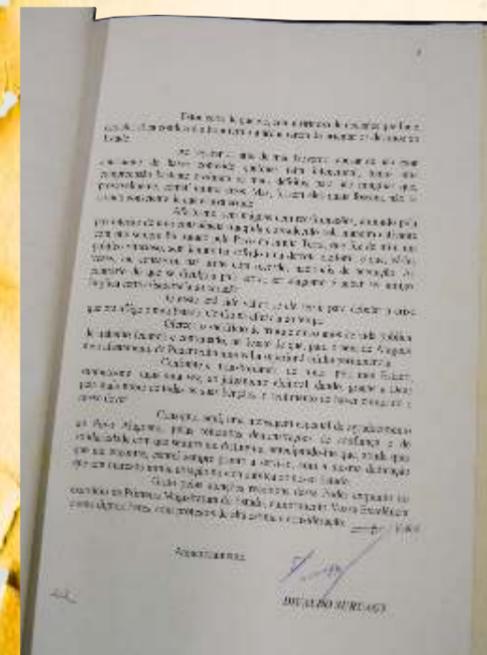
há nove meses com salários atrasados.

Além dessas relíquias da história de Alagoas, a Assembleia Legislativa guarda ainda toda a vida parlamentar dos deputados que passaram pela Casa. Lá podemos encontrar todos os projetos de leis, requerimentos, indicações e discursos por eles produzidos, bem como suas atuações nas Comissões Temáticas. Preserva ainda todas as mensagens governamentais, decretos legislativos, registros de criação de municípios, e todos os processos oriundos das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs).

O diretor de Gestão Documental, Cassiano Victor, considera o setor como a memória do Legislativo. Ele tem sob sua responsabilidade receber e preservar todos os documentos gerados nos vários setores que compõem

o Poder. De acordo com Victor, o departamento é bastante visitado por pesquisadores e estudantes das diversas faculdades do Estado, na busca de subsídios para teses e monografias. "Esse setor é a vida da Assembleia. Tudo se encontra aqui. Quase toda documentação que passou pela Casa está conosco. Digo 'quase toda' porque parte dela se perdeu com o tempo ou devido a problemas estruturais, como infiltrações", contou Victor, acrescentando que alguns documentos podem ser encontrados na Biblioteca Pública Estadual e no Instituto Histórico e Geográfico do Estado. "Mas o que pudemos recuperar, recuperamos. De 1987 para cá, nenhum documento foi extraviado", informou Cassiano Victor, que trabalha no setor há 30 anos e há três na diretoria.

Desde que assumiu a gestão da Casa, no início desta legislatura, a Mesa Diretora, sob o comando do presidente Luiz Dantas, tem se preocupado com a preservação e conservação da memória do Poder. Para tanto, vem adquirindo equipamentos e realizando a transferência do acervo para um local mais apropriado.



Carta renúncia de Divaldo Suruagy. Em manuscrito, a inscrição: Renuncio o cargo de governador de Alagoas

Balanco das atividades do Poder Legislativo - Maio a Julho - 2017 - Nº 07

Mesa Diretora

- Luiz Dantas (PMDB) Presidente
- Francisco Tenório (PMN) 1º Vice-Presidente
- Galba Novaes (PMDB) 2º Vice-Presidente
- Dudu Holanda (PSD) 3º Vice-Presidente
- Marcelo Víctor (PSD) 1º Secretário

- Severino Pessoa (PSC) 2º Secretário
- Jairzinho Lira (PMDB) 3º Secretário
- Davi Davino Filho (PMDB) 4º Secretário
- Marquinhos Madeira (PMDB) 1º Suplente
- Thaise Guedes (PMDB) 2º Suplente

Diretoria de Comunicação

- Joaldo Cavalcante Diretor
- Carlos Eduardo Villa Verde Editor
- Aurélio Novaes
- Cláudia Walkiria
- Goretti Brandão
- Plínio Nicácio
- Roberto Lopes
- Vinicius Firmino
- Repórteres

Palácio Tavares Bastos, Praça D. Pedro II, s/n, Centro, Maceió/AL

TV Assembleia - 10 Anos



Albuquerque, concedendo a 1ª entrevista como fundador da TV

Quando setembro chegar, Alagoas vai comemorar 200 anos de emancipação política. A TV Assembleia, por sua vez, completará dez anos de fundação. Foi no dia 16 de setembro de 2007, de uma pequena sala improvisada, em frente à sede da Associação Comercial de Maceió, no histórico bairro de Jaraguá, onde o Poder Legislativo encontrava-se provisoriamente instalado - em razão de reforma em seu prédio-sede -, que a TV Assembleia gerou suas primeiras imagens.

A transmissão ao vivo aconteceu no próprio evento de inauguração do canal televisivo, que foi prestigiado pelos chefes de todos os poderes constituídos do Estado. Fundada na legislatura presidida pelo deputado Antonio Albuquerque (PTB), a TV ALE transformou-se num marco histórico, ao realizar sua primeira cobertura externa, em tempo real e na íntegra, do Desfile da Emancipação Política do Estado.

O presidente da Casa, deputado Luiz Dantas (PMDB), se congratula com todos que fazem a TV Assembleia nesta data memorável. Na opinião dele, o Parlamento alagoano não seria o mesmo sem a presença da televisão legislativa. "Ela faz uma diferença muito grande, porque não

só leva a imagem, a informação para o cidadão que acompanha o nosso trabalho, como registra o desempenho de cada um dos 27 parlamentares", avalia Dantas, ressaltando a importância desse trabalho para que as bases eleitorais vejam de perto a atuação de cada deputado.

Em 2007, o presidente do Legislativo, deputado Antonio Albuquerque, foi o primeiro a conceder à TV ALE uma entrevista transmitida ao vivo. Na conversa, mediada pelos jornalistas Flávio Gomes de Barros e Goretti Lima, Albuquerque disse que a TV Assembleia se tornaria uma ferramenta de transparência do Parlamento. E assim se confirmou.

"Quando Alagoas completa dois séculos de existência, a TV Assembleia também faz história e ajuda a preservar a identidade alagoana. São dez anos de prestação de serviços relevantes. No Parlamento, ao contribuir com a transparência e com a dinâmica parlamentar, a televisão se converte numa extensão da galeria", destaca o diretor de Comunicação do Parlamento, Joaldo Cavalcante, acrescentando que a TV Assembleia, durante sua existência, muito tem contribuído para a arte e a cultura, ao

prestigiar e abrir espaços generosos à expressão artística alagoana. "Também na cidadania, ao fomentar discussões sobre temas públicos e difusos na vida do cidadão", declara Joaldo.

Transmitindo política e cidadania para os alagoanos, a TV Assembleia, ao longo de sua primeira década, vem se reinventando a cada dia para aproximar os alagoanos do Poder Legislativo. Assim avalia a diretora de Jornalismo da TV, Goretti Lima. "Nosso canal televisivo, ao longo desses 10 anos, avançou na transmissão simultânea da Língua de Sinais, pela atuação de intérpretes de Libras, e é totalmente integrado ao sistema digital", informou. "Todos os programas estão acessíveis ao público no YouTube. Ganhou, nos últimos quatro anos, mais três programas de entrevistas, que fortalecem nossa relação com a cidadania alagoana, ao informar e promover o entretenimento", contou Goretti Lima, complementando que, atualmente, a TV Assembleia trabalha com a perspectiva de ampliar a grade, bem como ter um canal aberto para que a programação da emissora televisiva seja transmitida e compartilhada pelos alagoanos em todas as regiões do Estado.

Trabalho intenso no plenário

Semestre registra mais de 250 matérias aprovadas e mantém dinâmica parlamentar



Matérias aprovadas pelos deputados resultaram em amplo debate, tanto nas comissões quanto no plenário da Casa

Durante este primeiro semestre de 2017, a Assembleia Legislativa contabilizou a aprovação de pouco mais de 250 matérias, entre vetos governamentais, projetos de lei de autoria dos deputados e dos Poderes Executivo e Judiciário, projetos de resolução, indicações e requerimentos. É uma das maiores médias de matérias apreciadas num semestre na Casa de Tavares Bastos. Vários destes projetos de lei tiveram amplo debate, tanto nas comissões técnicas, na hora de emitir os pareceres, quanto no plenário.

Mais de 100 projetos foram aprovados, entre eles o que reajusta os salários dos funcionários públicos, o que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o que modifica o Estatuto dos Policiais Militares. As indicações votadas em plenário estão, boa parte delas, ligadas à infraestrutura, como o recapeamento de estradas, mas também houve solicitações de melhorias nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, como as que pediram a construção de Centros Integrados de Segurança Pública em várias cidades do interior do Estado.

Com o objetivo de trazer para o Parlamento a discussão de demandas setoriais da sociedade, a Casa criou frentes parlamentares, entre elas a de Defesa do Comércio e a de Engenharia. Também foram

realizadas sessões especiais e audiências públicas que debateram assuntos como a Seca, a Reforma da Previdência e a Segurança Pública, entre outros temas de importância para o Estado de Alagoas.

Reajuste

O reajuste dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos da administração direta, das autarquias e fundações públicas foi uma das principais matérias apreciadas pela Assembleia

Legislativa neste primeiro semestre.

O projeto de lei enviado pelo Executivo divide o reajuste em duas parcelas. A primeira, de 3,15%, foi aplicada a partir de 1º de junho, tendo como base os valores pagos em maio de 2017; e a segunda, de 3,14%, será paga no final do ano, no mês de dezembro, também tendo como base os valores de maio de 2017. Com a soma das duas partes o reajuste aplicado ao funcionalismo público foi de 6,29%.

Secretária de Prevenção à Violência presta esclarecimentos

Atendendo à solicitação do deputado Bruno Toledo (PSDB), a secretária de Prevenção à Violência (Seprev), Esvalda Bittencourt, compareceu ao Parlamento para esclarecer questões sobre o funcionamento da Rede Acolher - rede de instituições que oferece acolhimento gratuito e voluntário a homens, mulheres e crianças acima de 12 anos de idade, usuários de substâncias psicoativas. A secretária também foi questionada sobre nota emitida pela Arquidiocese de Maceió, denunciando a utilização da rede de acolhimento de forma político-partidária.

Bruno Toledo disse que considerou a nota do arcebispo extremamente contundente, já que a rede de acolhimento é mantida com recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza, o Fecoeop.

Deputados presentes à reunião se mostraram preocupado com o fato do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas ainda ter sido instalado.

A secretária Esvalda Bittencourt descartou que a pasta e a Rede Acolher estejam sendo usadas politicamente. Ela destacou que o trabalho realizado pelas instituições se tornou referência para outros estados.

Projeto da LDO é aprovado em plenário

Lei orienta a elaboração da peça orçamentária para 2018



Deputados ouviram representantes do Governo sobre as propostas orçamentárias para 2018

Depois de uma audiência pública e do parecer favorável da Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei, de origem governamental, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Ao todo, o documento possui oito capítulos, divididos em 61 artigos: legislação vigente, evolução histórica das finanças do Estado, atenção ao Programa de Ajuste Fiscal e promoção da gestão equilibrada dos recursos públicos, além dos anexos.

A audiência que debateu o projeto foi conduzida pelo deputado Inácio Loiola (PSB), presidente da Comissão de Orçamento, e serviu para que os parlamentares possam aprovar um orçamento enxuto para 2018, configurado com as necessidades do Estado.

A LDO tem como propósito fundamental orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do Poder Público, buscando sincronizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) às metas e prioridades da Administração Pública Estadual. Além disso, o documento deve estar alinhado ao Plano Plurianual (PPA) e às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As diretrizes orçamentárias do Estado de Alagoas para o exercício de 2018 compreendem: as metas e prioridades da Administração Pública Estadual; a elaboração da Lei

do Orçamento Anual para o Exercício de 2018; a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações; a política para aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; as diretrizes específicas sobre alterações na legislação tributária; as disposições gerais; anexo de metas fiscais previstas para os exercícios de 2018, 2019 e 2020; anexo de riscos fiscais; e anexo de prioridades e metas.

Pela proposta aprovada na Casa, não serão admitidas emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual que reduzam ou anulem dotações relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, e que impliquem em transferências de recursos vinculados ou diretamente arrecadados de um órgão para outro, salvo por motivo de erro ou omissão da proposta, documentalmente comprovado.

Quanto às principais mudanças relacionadas às diretrizes, destaca-se o artigo 13, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer limitação quanto ao crescimento das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a municípios e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). As transferências constitucionais e legais destinadas aos municípios e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) serão contabilizadas como dedução da receita orçamentária.

CDH investiga agressão contra estudante

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa já ouviu o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Marcos Sampaio e as delegadas Ana Luiza Nogueira e Adriana Gusmão, sobre a agressão de um PM contra um estudante da Escola Estadual Campos Teixeira, no dia 24 de maio deste ano. Os membros da comissão querem saber quais providências estão sendo adotadas e o que pode ter motivado a ação do militar, que pertence ao Batalhão Escolar.

De acordo com o comandante-geral Marcos Sampaio, o policial foi afastado das ruas e instaurou-se uma comissão disciplinar para apurar o caso. "A corporação não compactua com erros. Tão logo tomamos conhecimento daquela intervenção policial, determinamos a apuração dos fatos, por meio da Corregedoria", salientou o coronel.

A delegada Adriana Gusmão, responsável pelo caso no âmbito da Polícia Civil, garantiu que todas as informações estão sendo colhidas e que está fazendo a apuração com todo o rigor necessário. Ela disse ainda que irá solicitar novas imagens do dia da agressão, já que há indícios de que outros estudantes foram atingidos.

Os deputados titulares da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento, Galba Novaes (presidente), Ronaldo Medeiros, Thaise Guedes e Rodrigo Cunha ainda pretendem convocar os alunos e diretores da escola.



Comissão ouve comandante-geral da PM

Como forma de fortalecer o combate à criminalidade no Estado, o deputado **Tarcizo Freire (PP)** apresentou indicação sugerindo a implantação da tecnologia "mobile" na Polícia Militar e a aquisição de um caminhão de controle de distúrbio civil.



Com objetivo de melhorar as condições de trabalho dos policiais que atuam na Barra Nova, em Marechal Deodoro, o deputado **Marquinhos Madeira (PMDB)** apresentou indicação pela qual solicita a reforma e ampliação do posto policial localizado nas imediações do trevo do Polo.



Ampliar o debate com entidades do segmento da pessoa com deficiência para identificar as principais lacunas, traçar diagnósticos e sugerir políticas públicas serão os principais objetivos da Frente Parlamentar, proposta pelo deputado **Léo Loureiro (PPL)**.



Deputado **Bruno Toledo (PROS)** apresentou indicação em que apela aos deputados federais para que tenham especial atenção e empreguem celeridade ao projeto de lei nº 3.722/12, que tramita na Câmara dos Deputados com a finalidade de revogar o Estatuto de Desarmamento e disciplinar as normas sobre a aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições.



Uma indicação do deputado **Edval Gaia (PSDB)** visa facilitar o Cadastro Ambiental Rural dos pequenos proprietários e posseiros da zona rural alagoana. Para isso, solicita ao governo do Estado a disponibilização de recursos do Fecoeop, prioritariamente para os povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de dinamizar o cadastro. O período de inscrição se encerra em maio do próximo ano.



Buscando conscientizar a população sobre o uso racional da água e sobre o reaproveitamento dos recursos hídricos, a deputada **Thaise Guedes (PMDB)** apresentou projeto de lei que dispõe sobre a implantação de sistema de captação de água das chuvas em todas as escolas públicas estaduais.



Tomando como base as denúncias de desperdício de água nas proximidades do Canal do Sertão, em especial na zona rural do município de Pariconha, o deputado **Rodrigo Cunha (PSDB)** solicita ao governo do Estado que intensifique a fiscalização da Operação Carro-Pipa naquela região.



AÇÃO PARLAMENTAR

Além de pronunciamentos, audiências públicas e exames de projetos nas Comissões Permanentes, os deputados também submetem proposições ao plenário, em forma de indicação e requerimento. São cobranças de soluções para demandas da sociedade ou requisição de informações para o bom andamento das atividades da Casa.

Preocupado com o trânsito nas estradas alagoanas, o deputado **Francisco Tenório (PMN)** apresentou indicação em que solicita a duplicação da BR-316, no trecho que liga o posto da Polícia Rodoviária Federal, no bairro do Tabuleiro do Martins, em Maceió, ao trevo situado na cidade do Pilar.



Com o objetivo de levar o Poder Legislativo ao interior do Estado e estreitar mais o relacionamento com os cidadãos, o deputado **Galba Novaes (PMDB)** apresentou projeto de lei, denominado "Parlamento na Praça", que organiza a realização de sessões públicas da Assembleia Legislativa fora de sua sede.



Sabedor da importância da cavalgada em Alagoas, o deputado **Jairzinho Lira (PMDB)**, apresentou indicação pela qual pleiteia as providências necessárias para o reconhecimento da Cavalgada de Padre Cícero, na cidade de Lagoa da Canoa, realizada anualmente no mês de julho, como evento cultural do Estado.



América Fernandes Torres foi a primeira mulher prefeita de Alagoas. Com o objetivo de homenageá-la, o deputado **Inácio Loiola (PSB)** apresentou projeto de lei em que denomina de "Rodovia Prefeita América Fernandes Torres" um trecho da AL 145, entre os municípios de Água Branca e Mata Grande.



A falta de espaço público destinado ao estacionamento de veículos levou o deputado **Sérgio Toledo (PSC)** a apresentar projeto de lei sobre a obrigatoriedade da criação de vagas rotativas em edifícios e condomínios.



Devido à escassez de água, o deputado **Antonio Albuquerque (PTB)** apresentou indicação pela qual solicita providências para que sejam perfurados poços artesianos nos povoados de Barra Dantas, Gravatá, Borges, Malícia, Marabá, Campinas, Gindiroba e Poço da Ilha, em Olho d'Água Grande.



Deputados aprovam indicação para o TCE

Novo conselheiro foi sabatinado pelos integrantes de duas Comissões Permanentes da Casa



Deputados fizeram questionamentos sobre temas polêmicos como auxílio moradia e a composição dos membros do Tribunal de Contas

A Assembleia Legislativa aprovou o projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Diretora, que indica o nome do procurador Rodrigo Siqueira Cavalcante para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. O processo de escolha começou com a arguição pública promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia. Durante a reunião, os deputados fizeram perguntas sobre Administração, Economia e Direito, além de outras relacionadas às atividades de conselheiro do Tribunal de Contas.

Os parlamentares questionaram o candidato sobre temas polêmicos como auxílio moradia, eficiência com o gasto público, ações preventivas para se evitar o dano ao erário, concurso público, composição dos membros do Tribunal de Contas, análise das contas do Governo do Estado pelo órgão de contas e a fiscalização dos recursos públicos municipais por parte do Tribunal de Contas.

Rodrigo Cavalcante assumirá a vaga aberta decorrente da aposentadoria do conselheiro Luiz Eustáquio Toledo, falecido recentemente. Ele foi escolhido pelo governador do Estado, Renan Filho, após

análise da lista tríplice do Ministério Público de Contas, onde constavam ainda os nomes dos procuradores Enio Andrade Pimenta e Gustavo Henrique Albuquerque Santos.

O novo conselheiro tem 40 anos de idade, é formado em direito pelo Cesmac e pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Alagoas. Foi aprovado em vários concursos públicos, entre os quais os de analista judiciário, do Tribunal Regional Federal, técnico processual, do Ministério Público Federal, procurador do Estado de Alagoas, procurador federal e procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas de Alagoas.

Francisco Holanda assume mandato

De família tradicional na política alagoana, o deputado Francisco Holanda (PP) retornou ao Parlamento no último dia 17 de maio. Ele assumiu a vaga aberta com o afastamento, por decisão do TSE, do deputado Pastor João Luiz (PSC).

Vereador por Maceió por quatro mandatos, Francisco Holanda assume pela terceira vez uma cadeira no Legislativo alagoano, onde compõe a bancada governista da Casa, e tem como principal meta lutar em prol da educação, saúde e infraestrutura. "Já fui presidente da Câmara de Maceió, exerci o mandato de pre-



Francisco Holanda: "Minha experiência me credenciou a voltar à Casa"

feito interino da capital, em seguida fui secretário de Estado do Trabalho e também de Infraestrutura no Governo de Ronaldo Lessa, secretário municipal de esportes durante a gestão da então prefeita Kátia Born", lembrou Holanda,

acrescentando que na Câmara de Maceió passou por todos os cargos que compõem a Mesa Diretora daquele Poder.

Já na Assembleia Legislativa, Francisco Holanda, ao assumir seu primeiro mandato de deputado estadual, em 1991, ocupou o cargo de segundo secretário. Engenheiro e bacharel em Direito, Francisco Holanda disse que foi no Parlamento alagoano que adquiriu experiência e pode ajudar o governo de Renan Filho. "Acredito que a minha experiência foi o que me credenciou a voltar à Assembleia Legislativa", avalia.

Parlamento realiza audiências públicas no interior

Vários outros debates em Maceió deram voz à sociedade

A Casa de Tavares Bastos tem lançado um olhar especial para o interior do Estado. Nos últimos meses, foram realizadas audiências públicas em cidades polo de Alagoas, com destaque para as situadas no Agreste e no Sertão. Só neste segundo período legislativo, os resultados da interiorização chegaram a três municípios: Palmeira dos Índios, Arapiraca e Delmiro Gouveia. O plenário da Assembleia, na capital, também foi palco de sessões especiais, abrindo espaço para as manifestações populares e dando voz a vários segmentos da sociedade.

Em maio, por iniciativa do deputado Rodrigo Cunha (PSDB), o Legislativo instalou uma audiência pública na Câmara Municipal de Arapiraca, para debater a precária situação do abastecimento de água na segunda maior cidade do Estado. A audiência contou com a participação dos deputados Ricardo Nezinho (PMDB), Tarcizo Freire (PP) e Severino Pessoa (PSC), além de 11 dos 17 vereadores arapiraquenses, representantes da Companhia de Saneamento de Alagoas, da Companhia de Águas do Brasil e de populares.

Ainda no mês de maio, foi convocada uma audiência pública para debater a grave seca que atinge o Sertão alagoano e as alternativas de utilização do Canal do Sertão. O evento aconteceu no Campus da Ufal, em Delmiro Gouveia. Ronaldo Medeiros (PMDB), autor da proposta, informou que vem realizando sessões especiais nos municípios abastecidos pelo Canal, visando discutir com os atores envolvidos os projetos a serem desenvolvidos para a agricultura familiar.

Já no plenário da Casa, o presidente da Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Turismo da Assembleia, deputado Francisco Tenório (PMN), convocou uma sessão para debater a prestação de contas do Sistema Único de Saúde, o SUS, referente ao 3º quadrimestre de 2016.

Em parceria com a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), a Assembleia Legislativa realizou um debate acerca da prevenção e tratamento do câncer de mama. Questões como o diagnóstico, os desafios que o Estado enfrenta na área da Saúde e as dificuldades que as pacientes do SUS têm para acessar às novas tecnologias, foram tratadas durante a audiência. A



Arapiraca - Debate sobre abastecimento d'água



Delmiro Gouveia - Utilização do Canal do Sertão



Tratamento e prevenção ao câncer de mama



Lei de Incentivo à Cultura



Congresso Estadual de Artesãos Alagoanos



Debate sobre Segurança Pública

propositora, deputada Jó Pereira (PMDB), ressaltou que o objetivo foi também o de criar uma comissão, com a participação da sociedade organizada e do Poder Público, visando encontrar caminhos para desburocratizar a assistência às portadoras do câncer de mama.

O Parlamento alagoano realizou ainda uma sessão solene para homenagear os 100 anos da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em Alagoas, e os 500 anos da Reforma Protestante. O deputado Ronaldo Medeiros (PMDB) foi o proponente da audiência, que contou com a presença de pastores das diversas congregações espalhados pelo Estado.

A cultura teve seu espaço garantido durante uma sessão especial realizada em junho, por iniciativa do deputado Rodrigo Cunha (PSDB). O parlamentar destacou que o segmento deve ser tratado como prioridade pelos gestores públicos, que precisam se debruçar sobre a elaboração da Lei de Incentivo à Cultura, além de destinarem maior orçamento para o setor.

A deputada Jó Pereira, integrante da Frente Parlamentar em Defesa do Profissional Artesão, junto com a Federação das Associações e Cooperativas dos Artesãos do Estado de Alagoas, também reuniu no auditório da Assembleia dezenas de pessoas para a realização do 1º Congresso Estadual de Artesãos Alagoanos. O encontro focou na organização da categoria, na promoção e na valorização do artesanato enquanto manifestação popular, servindo ainda para eleger os 30 delegados que representarão o Estado de Alagoas no 8º Congresso dos Trabalhadores Artesãos, na capital federal.

A Assembleia Legislativa também debateu a questão da segurança pública no Estado. A sessão, de iniciativa do deputado Francisco Tenório, teve como objetivo colaborar com medidas na execução da política estadual de segurança pública.

Em homenagem aos 25 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, em Alagoas, foi realizada uma sessão solene. De iniciativa do deputado Inácio Loiola (PSB), teve como objetivo reconhecer os serviços prestados pela Justiça do Trabalho à sociedade alagoana.